



*Prefeitura Municipal de Taubaté*  
*Estado de São Paulo*

292

DECRETO Nº 13.847 , DE 30 DE JUNHO DE 2016.

Regulamenta os §§ 1º e 2º do art. 2º da Lei Complementar nº 184, de 05 de março de 2008.

**JOSÉ BERNARDO ORTIZ MONTEIRO JUNIOR, PREFEITO MUNICIPAL DE TAUBATÉ**, no uso de suas atribuições legais e à vista dos elementos constantes do processo nº 32229/2016 e

**CONSIDERANDO** ser de relevante interesse público a continuidade da expansão econômica do Município de Taubaté, bem como o estímulo ao funcionamento de atividades fabris que tragam inúmeros benefícios para a coletividade, resultando na melhoria das condições de vida dos munícipes Taubateanos;

**CONSIDERANDO** o empenho que existe entre os Municípios para atrair empresas, cada qual oferecendo melhores condições e estímulos e, ademais, a necessidade do empresariado na resposta célere e eficiente do Poder Executivo Municipal;

**CONSIDERANDO** que, nesta seara, o objetivo da Municipalidade é a instalação de empresas que produzam bens, gerem empregos e aumentem a receita tributária, sobretudo do ICMS, imposto de competência estadual que não concedemos isenção e que é, na verdade, o maior tributo que atualmente nos é repassado;

**CONSIDERANDO** que a Lei Complementar n.º 184, de 05 de março de 2008 consolida as normas relativas aos incentivos fiscais e autoriza o Prefeito Municipal a implantar o Programa Ostensivo de Incentivo ao Desenvolvimento Econômico do Município de Taubaté — PROINDE, a estimular a implantação e expansão de atividades industriais, comerciais, de prestação de serviços, de pesquisa científica e tecnológica, e de suporte e promoção ao desenvolvimento do turismo e do agronegócio no Município de Taubaté;

**CONSIDERANDO** que os empreendimentos beneficiários do PROINDE são classificados pela norma acima destacada em seu artigo 1º, § 3º;

**CONSIDERANDO** que dentre as doações de áreas e concessões de incentivos fiscais analisadas e acompanhadas pela Secretaria de Desenvolvimento e Inovação (por determinação do artigo 3º, §1.º da Lei em comento) ocorrem casos em que os terrenos podem, porventura, possuir áreas consideradas "não utilizáveis";

**CONSIDERANDO** ademais que aludidas restrições dificultam quando não impedem a adequação que o empreendimento donatário ou incentivado tem que realizar à norma estatuída no artigo 2º, §§1º e 2º da Lei Complementar nº 184, de 05 de março de 2008;

**CONSIDERANDO**, que a depender da área a ser doada (no caso das donatárias) ou mesmo de área adquirida ou locada pela empresa de forma particular (no caso das incentivadas) pode ser inviável a implementação do projeto com 2/5 (dois quintos), ou seja, 40% (quarenta por cento) com áreas construídas/produativas, sendo que pode haver as denominadas áreas "não utilizáveis para edificação" no terreno



*Prefeitura Municipal de Taubaté*  
*Estado de São Paulo*

293

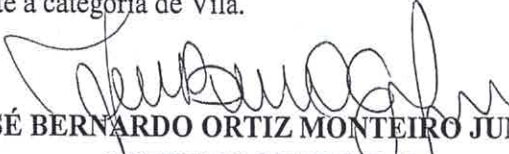
**DECRETA:**

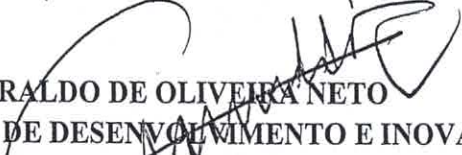
**Art. 1º** O estabelecido nos §§ 1º e 2º do artigo 2º da Lei Complementar n.º 184, de 05 de março de 2008, acerca do mínimo a ser ocupado com instalações produtivas se refere às áreas aproveitáveis para construção civil, assim compreendidas as áreas que não possuem óbices técnicos ou legais.

**Art. 2º** Em todos os casos a empresa deverá comprovar a inviabilidade técnica de aproveitamento das áreas que se apresentem como não utilizáveis à edificação por meio de levantamento Topográfico e Planialtimétrico, a ser analisado pelas unidades técnicas responsáveis da Municipalidade.

**Art. 3º** Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

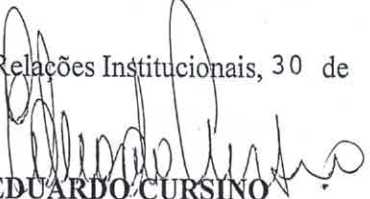
Prefeitura Municipal de Taubaté, 30 de junho de 2016, 377º da fundação do Povoado e 371º da elevação de Taubaté à categoria de Vila.

  
**JOSÉ BERNARDO ORTIZ MONTEIRO JUNIOR**  
**PREFEITO MUNICIPAL**

  
**GERALDO DE OLIVEIRA NETO**  
**SECRETÁRIO DE DESENVOLVIMENTO E INOVAÇÃO**

  
**JEAN SOLDI ESTEVES**  
**SECRETÁRIO DOS NEGÓCIOS JURÍDICOS**

Publicado na Secretaria de Governo e Relações Institucionais, 30 de junho de 2016.

  
**EDUARDO CURSINO**  
**SECRETÁRIO DE GOVERNO E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS**

  
**LUCIANE DE OLIVEIRA SILVA**  
**DIRETORA DO DEPARTAMENTO TÉCNICO-LEGISLATIVO**